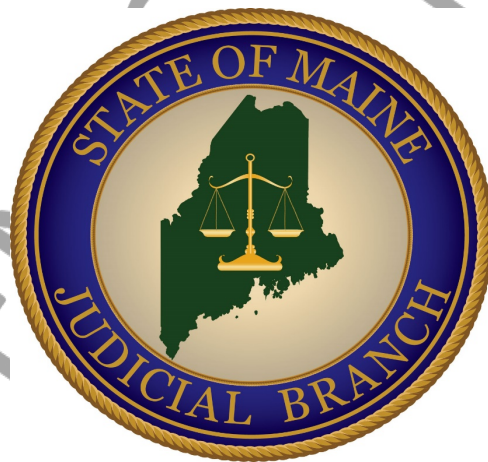

Guião – Vídeo de acusação

**Compreender os seus direitos e responsabilidades
na acusação**



Cena 1 – Sala de tribunal para formulação da acusação vazia

SUSAN: Olá, chamo-me Susan Kimball.

Este vídeo vai ajudá-lo a compreender os seus direitos e responsabilidades na audiência de formulação da acusação de hoje. Também irá tomar conhecimento da ajuda adicional que o tribunal pode disponibilizar, sem quaisquer custos para si, incluindo o direito de consultar um advogado.

Se tiver dificuldades em falar ou compreender inglês e precisar de um intérprete, informe o escrivão.

Se não tiver nascido nos Estados Unidos, ou se não for um cidadão dos EUA, deve informar o seu advogado ou o juiz, caso não tenha advogado, antes de se declarar culpado ou alegar não contestação. Além disso, se tiver dúvidas quanto ao seu estatuto jurídico, ou se precisar de mais informações sobre o seu estatuto de imigração, deve contactar o Immigrant Legal Advocacy Project antes de se declarar culpado ou alegar não contestação. Se considerar que não é capaz de participar inteiramente na audiência de hoje devido a uma perturbação da fala ou perda de audição, ou se precisar de serviços de acessibilidade devido a uma condição de saúde, deve informar um escrivão ou um agente de segurança.

Todas as salas de tribunal no Maine estão equipadas com dispositivos especiais para o ajudar a ouvir melhor e que são verdadeiramente fáceis de utilizar.

Para falar um pouco mais sobre o processo de formulação da acusação, temos connosco hoje o Juiz Wayne Douglas do Tribunal Superior de Maine. Juiz Justice Douglas, obrigada por se juntar a nós hoje.

TRIBUNAL: O prazer é meu.

SUSAN: O que podem as pessoas fazer se tiverem dúvidas quanto às acusações contra si mesmas ou se tiverem dúvidas sobre como funciona o processo de formulação da acusação?

TRIBUNAL: Se tiver dúvidas sobre as acusações que enfrenta, sobre os seus direitos, sobre se deve ou não aceitar a proposta que o Estado lhe apresenta para resolver o caso hoje, ou sobre o processo em termos gerais, terá hoje à disposição um advogado para falar consigo, sem quaisquer custos. Se pretender ter uma oportunidade para falar com esse advogado antes de responder às acusações, informe o juiz quando o seu caso for chamado. O juiz dar-lhe-á tempo para falar com o advogado.

SUSAN: O juiz mencionou direitos. Que direitos têm as pessoas em processos criminais?

TRIBUNAL: Qualquer pessoa que seja acusada de um crime tem direitos constitucionais importantes.

Em primeiro lugar, se for acusado de um crime, presume-se a sua inocência em relação a essa acusação. Exceto se se declarar voluntariamente como culpado ou não contestar, não pode ser condenado por um crime a não ser que seja realizado um julgamento e o Estado prove, para além da dúvida razoável, que cometeu o crime. Tal significa que, em julgamento, o Estado tem de apresentar provas suficientes para convencer o júri ou o juiz de que a acusação é quase certamente verdadeira.

Em segundo lugar, tem o direito de permanecer em silêncio. É importante que compreenda que, se falar sobre o seu processo, essas declarações podem ser usadas contra si.

Em terceiro lugar, tem o direito a ter um advogado em todas as fases do processo. Se não puder pagar a um advogado e enfrentar uma acusação de crime grave, ou se existir risco razoável de prisão, pode solicitar um advogado nomeado pelo tribunal para o representar a um custo reduzido ou sem qualquer custo. Para solicitar um advogado nomeado pelo tribunal, tem de preencher um formulário de pedido e jurar, sob juramento, a veracidade das informações que está a fornecer. Se precisar de ajuda, um operador financeiro ou alguém no gabinete de funcionários judiciais poderá ajudá-lo. No entanto, lembre-se de que os funcionários judiciais não podem dar aconselhamento legal. O juiz irá rever as informações que forneceu sob juramento para determinar se é elegível para um advogado nomeado pelo tribunal.

Em quarto lugar, tem o direito a ter um julgamento perante um júri que irá ouvi-lo e tomar uma decisão sobre o seu processo, a não ser que opte por ter um juiz a tomar

essa decisão em julgamento. Se se declarar inocente hoje, terá uma oportunidade, num outro dia, de tentar resolver o seu processo antes do agendamento de um julgamento.

Por fim, em julgamento, tem o direito de ouvir e ver as provas do Estado, tem o direito a contrainterrogar as testemunhas do Estado e tem o direito a apresentar as suas próprias testemunhas. Tem também o direito de testemunhar em julgamento. Alternativamente, tem o direito a não testemunhar e, se optar por não testemunhar em julgamento, essa decisão não pode ser usada contra si.

SUSAN: Obrigada pela informação, Juiz Douglas. Vamos então assistir a uma formulação de acusação a explicar melhor os seus direitos e responsabilidades.

Exoneração de responsabilidade NO ECRÃ – Dependendo da razão pela qual está aqui, os procedimentos no seu processo podem ser diferentes. Se tiver dúvidas deve questionar o juiz ou o seu advogado e pedir-lhe que explique os detalhes específicos aplicáveis ao seu processo antes de tomar qualquer decisão ou executar qualquer ação no seu processo.

Cena 2 – Sala de tribunal para formulação da acusação com público

AGENTE DE SEGURANÇA: Todos de pé.

TRIBUNAL: Obrigado, podem sentar-se.

Bom dia. O objetivo da ação de hoje é explicar a acusação que está a ser feita contra si, aconselhá-lo acerca dos seus direitos e, na maioria dos casos, pedir-lhe para fazer uma declaração ou responder à acusação. Irei também rever a questão da fiança ou as condições de libertação se estiver a ser acusado de um delito penal. Hoje não é o dia de julgamento do seu processo. O julgamento será agendado para uma data futura e essa data ser-lhe-á indicada hoje.

Existem dois tipos de acusações básicas: violações civis e processos penais. Será informado se as suas acusações são penais ou civis e quais as acusações contra si. Se estiver aqui por outra razão, falarei consigo sobre isso quando o seu processo for chamado.

Violações civis

Se estiver a ser acusado de uma violação civil, será questionado hoje se pretende admitir ou negar a acusação. As violações civis não são crimes e não são puníveis com prisão. As penalizações para violações civis podem incluir multas, indemnizações, suspensão de licenças ou serviço comunitário. Em todos os processos civis, são acrescentadas sobretaxas e taxas adicionais.

Se decidir ter um julgamento numa violação civil, o ónus de prova do Estado em julgamento será menor do que num processo penal. Com uma violação civil, o Estado tem de provar que cometeu a violação por preponderância de prova, o que significa que é mais provável que você tenha cometido a violação.

Processos penais

Em processos penais, a sentença pode incluir uma pena de prisão, uma multa, indemnização, suspensão de licenças e regime de prova, serviço comunitário ou uma combinação destes medidas. Em todos os processos penais, são acrescentadas sobretaxas e taxas adicionais. Em alguns casos, existe uma pena de prisão obrigatória. Quando chamar o seu processo, informá-lo-ei se tal se aplica à acusação feita contra si.

Os crimes encontram-se definidos por classe e cada classe tem uma pena de prisão máxima e uma multa máxima. Quando chamar o seu processo, informá-lo-ei da classe do crime do qual está a ser acusado.

Falarei consigo sobre crimes de Classe D e E, frequentemente referidos como contravenções.

- Os crimes de Classe D têm uma pena de prisão possível até 364 dias e uma multa máxima de \$2.000.
- Os crimes de Classe E têm uma pena de prisão possível até 6 meses e uma multa máxima de \$1.000.

Se estiver a ser acusado de um crime de Classe D ou E, ser-lhe-á pedido que faça uma declaração hoje. Pode declarar-se culpado, inocente ou não contestar. Se se declarar culpado, está a admitir que cometeu o crime e será condenado pela acusação. Se declarar não contestação, não está a admitir que cometeu o crime mas está a concordar

que o Estado poderia provar a acusação contra si e, ao concordar, será considerado culpado das acusações sem julgamento.

Se se declarar culpado ou não contestar, será condenado pelo crime e renuncia a todos os direitos que expliquei anteriormente, incluindo o direito de ter um julgamento onde o Estado teria de provar, para além da dúvida razoável, que cometeu o crime. A sentença será provavelmente determinada hoje.

Se for condenado a prisão hoje, poderá ser levado sob custódia imediatamente ou um juiz pode definir uma fiança ou condições de libertação e deixá-lo apresentar-se numa data e hora posteriores. Se solicitar um adiamento, terá de explicar as razões do seu pedido a um juiz.

Agora vou explicar-lhe os crimes de Classe A, B e C, frequentemente referidos como crimes graves.

- Os crimes de Classe A têm uma pena de prisão possível até 30 anos e uma multa máxima de \$50.000.
- Os crimes de Classe B têm uma pena de prisão possível até 10 anos e uma multa máxima de \$20.000.
- Os crimes de Classe C têm uma pena de prisão possível até 5 anos e uma multa máxima de \$5.000.

Se tiver sido acusado por denúncia com um crime de Classe A, B ou C, não fará uma declaração hoje. Isto porque, com uma acusação de crime grave, antes de apresentar a sua declaração, o Estado tem de apresentar o seu processo ao júri de acusação que apresentará uma acusação se determinar que existem provas suficientes para que seja acusado. Pode optar por renunciar ou abdicar do direito de ver o seu processo apreciado por um júri de acusação e declarar-se culpado de um crime grave antes da emissão de uma acusação; contudo, não deve sequer ponderar fazê-lo sem falar com um advogado.

Inocente/Ações futuras

Se hoje se declarar inocente ou negar as acusações, ou se estiver aqui para uma primeira comparência para uma acusação de crime grave que ainda não é uma acusação, ser-lhe-ão apresentadas várias datas para as próximas comparências em tribunal. Na maioria dos processos penais, a data da próxima sessão em tribunal será para uma conferência

dispositiva. Trata-se de uma audiência que o juiz realiza consigo ou com o seu advogado e com o promotor de justiça para ver se você e o promotor de justiça chegam a um acordo de como resolver o processo sem julgamento.

Na data da conferência dispositiva, ou antes, o promotor de justiça irá provavelmente fazer-lhe uma proposta de alegação que poderá aceitar ou não. Na audiência, terá a oportunidade de discutir quaisquer dúvidas que possa ter sobre a proposta do Estado ou fazer a sua própria proposta, se você ou o seu advogado ainda não o tiverem feito. Se você e o promotor de justiça chegarem a acordo para a resolução do processo, a resolução proposta será apresentada ao juiz para ponderação.

Se o seu processo não ficar resolvido na audiência, continuará agendado para julgamento, a realizar numa data que será determinada hoje.

Por fim, a legislação do Maine requer que os indivíduos acusados de determinados crimes sejam sujeitos ao registo das suas impressões digitais. Se este requisito se aplicar ao seu processo, farei este pedido quando chamar o seu processo.

OK, vamos chamar o primeiro processo.

Cena 3 – Comparência de dois requeridos

TRIBUNAL: Estado do Maine vs. Dorothy Gibler. A Sra. Gibler está presente?

Sra. GIBLER: Sim.

TRIBUNAL: Pode avançar. Alegadamente, a 10 de janeiro de 2018, tinha menos de 21 anos de idade e tinha em sua posse bebidas alcoólicas, nomeadamente 6 latas de cerveja, em South Portland, Maine. Trata-se de uma violação civil, e não de um crime. Tem alguma questão relacionada com os seus direitos ou responsabilidades legais?

Sra. GIBLER: Então, se me declarar como culpada, não vou presa.

TRIBUNAL: Está correto. Trata-se de um processo civil e não de um processo penal, pelo que não existe possibilidade de ir presa.

Sra. GIBLER: Ok.

TRIBUNAL: E como se declara? Admite ou nega as alegações na queixa?

Sra. GIBLER: Culpada, acho eu.

TRIBUNAL: Parece um pouco indecisa. Embora não possa nomear um advogado para a representar por se tratar de uma violação civil, está aqui presente uma advogada durante o dia de hoje que poderá falar consigo. Quer falar com a advogada antes de fazer a sua declaração?

Sra. GIBLER: Não. Vamos despachar isto.

TRIBUNAL: Portanto, está a admitir que cometeu esta violação civil que alega que tinha menos de 21 anos de idade no momento em que tinha cerveja em sua posse. É isto?

Sra. GIBLER: Sim, Meritíssimo.

TRIBUNAL: Promotor de justiça, trata-se do primeiro delito?

MINISTÉRIO PÚBLICO: Sim, Meritíssimo. Recomendamos uma multa de \$200.

TRIBUNAL: Ok. Sra. Gibler, quer dizer alguma coisa antes de impor a sentença?

Sra. GIBLER: Bem, estava a apenas quatro dias de fazer o meu vigésimo primeiro aniversário.

TRIBUNAL: Parece que se aplica a penalização mínima e vou impor uma multa de \$200. Pode pagar a multa hoje?

Sra. GIBLER: Sim, posso.

TRIBUNAL: OK, por favor sente-se até que a sua documentação esteja pronta. Pode dirigir-se ao gabinete do escrivão para pagar a multa e sobretaxas e depois é livre de se ir embora. Muito obrigado.

TRIBUNAL: Próximo caso, Estado do Maine vs. William Brown. Sr. Brown, avance.

Sr. Brown, está acusado de um delito de condução sob influência de álcool ou substâncias estupefacientes/psicotrópicas, terceiro delito. Alegadamente, a 31 de dezembro de 2017, em Raymond, conduziu um veículo motorizado sob influência de álcool ou drogas, tendo uma percentagem igual ou superior a 0,8 de álcool no sangue. Sr. Brown, tem advogado?

Sr. BROWN: Não, Meritíssima. Estou atualmente sem trabalho e mal consigo sustentar os meus filhos, quanto mais um advogado.

TRIBUNAL: Sr. Brown, está a solicitar ao tribunal a nomeação de um advogado?

Sr. BROWN: Sim, Meritíssima.

TRIBUNAL: Preencheu a declaração para um advogado nomeado pelo tribunal que lhe foi entregue anteriormente?

Sr. BROWN: Sim, Meritíssima. Aqui está.

TRIBUNAL: Ok. Deixe-me lá ver.

Após a análise da sua declaração sob juramento, determino que não tem condições para contratar um advogado e irei nomear um advogado para o representar. O Estado pretende que o tribunal reveja o estado de fiança do Sr. Brown?

MINISTÉRIO PÚBLICO: Não, Meritíssima. A sua fiança é satisfatória.

TRIBUNAL: Muito obrigado. Sr. Brown, tem alguma objeção à manutenção da fiança atualmente em vigor?

Sr. BROWN: Não, Meritíssima.

TRIBUNAL: Tem alguma questão relacionada com os seus direitos e responsabilidades legais?

Sr. BROWN: Não, Meritíssima.

TRIBUNAL: O agente de segurança está a entregar-lhe um documento em papel que contém as datas das próximas ações judiciais. Essas datas dizem respeito à data da conferência dispositiva, data da moção e data do julgamento e esse documento em papel também contém as informações, o nome e os dados de contacto do seu advogado. É da sua responsabilidade entrar em contacto com um advogado e deve fazê-lo de imediato. É livre de se ir embora, mas não se esqueça de entrar em contacto com o seu advogado o mais rápido possível.

Sr. BROWN: Sim, Meritíssima. Muito obrigado.

Cena 4 – Sala de tribunal vazia

SUSAN: Estou de volta com o Juiz Douglas. Já abordámos muitas questões, mas há ainda alguns pontos que gostaria de esclarecer. Em primeiro lugar, quais são as vantagens de falar com um advogado antes de prestar a sua declaração?

TRIBUNAL: O direito e as suas regras podem ser complexos e devem ser aplicados igualmente a todas as pessoas. É difícil para as pessoas que não têm formação em direito representarem-se a si próprias. O Estado será representado por um advogado do Ministério Público. Sempre que possível, as pessoas que enfrentam uma acusação denunciada pelo Estado devem contratar um advogado ou pelo menos falar com um advogado para determinar como devem abordar a acusação que enfrentam porque o juiz não pode oferecer assistência ou aconselhamento legal.

SUSAN: Há imensos caçadores no Maine. Que efeito tem uma condenação na capacidade de comprar ou ser detentor de uma arma?

TRIBUNAL: Se for condenado por determinados crimes, pode perder o direito de comprar, ter em sua posse ou ser titular de uma arma de fogo ou qualquer tipo de munições. Se ter uma arma de fogo é importante para si, deve perguntar ao juiz se a acusação que enfrenta pode resultar na perda desse direito e deve falar com um advogado antes de se declarar como culpado ou não contestar.

SUSAN: Por fim, vamos falar de multas. Vai explicar quando é necessário pagar multas e o que acontece se não as pagar?

TRIBUNAL: Espera-se que as multas, acrescidas de quaisquer sobretaxas ou contribuições, sejam pagas na totalidade no dia em que são impostas. Se não conseguir verdadeiramente pagar a multa na totalidade no dia em que é imposta, informe o juiz e poderá ser criado um plano de pagamento. Se não efetuar os pagamentos da multa em tempo útil, e não comparecer em tribunal, provavelmente será emitido um mandado de detenção e qualquer licença que detiver do Estado do Maine pode ser suspensa, incluindo a sua carta de condução.

SUSAN: Parece que é mesmo muito importante pagar as suas multas a tempo e horas ou comparecer em tribunal para explicar por que razão não o pode fazer.

TRIBUNAL: Sim, é.

SUSAN: Muito obrigada, Juiz Douglas.

TRIBUNAL: Obrigado, Susan.

Cena 5 – Juiz Woodman para a câmara

TRIBUNAL: Apresenta-se perante o tribunal com direitos importantes garantidos pelas leis e constituição dos Estados Unidos da América e do Estado do Maine. Embora o juiz possa oferecer alguma orientação e clarificação em relação a estes direitos, o juiz não pode agir como seu advogado nem dizer-lhe como proceder. Deve consultar um advogado se tiver quaisquer dúvidas ou questões.

Quando se dirigir ao gabinete do escrivão, lembre-se de que o funcionário não apresentou a queixa contra si nem impôs a sentença. O escrivão está simplesmente a preencher a documentação do seu processo. Mostre o mesmo grau de respeito que lhe foi mostrado. Muito obrigado. A sessão está suspensa.

AGENTE DE SEGURANÇA: Todos de pé.